

Ilhas do futuro:  
tecendo o discurso  
utópico-imperial  
(Pero Vaz de Caminha,  
Thomas Morus, Luis de  
Camões, José de Anchieta,  
António Vieira e Gregório  
de Matos)

Future islands: weaving the utopian-imperial discourse  
(Pero Vaz de Caminha, Thomas Morus, Luis de Camões,  
José de Anchieta, António Vieira e Gregório de Matos)

Romana Radlwimmer  
Goethe-Universität Frankfurt – Alemanha

<https://doi.org/10.5007/2176-8552.2024.e100254>

v i s  
d e l  
e r  
u r a  
t r a  
v e  
i a

## Resumo

Império e utopia estiveram sempre ligados. Este artigo aborda o discurso utópico-imperial criado no início do período moderno, através de vários textos, protagonistas e imagens lusófonas. O discurso caracterizou-se tanto a nível local, como uma ilha quase ideal, como a nível temporal, como um futuro melhor. Observa-se – com a contínua redução histórica das lacunas cartográficas no imaginário europeu – a tendência de pensar a utopia imperial como um espaço perfeito no século XVI e, no século XVII, mais como um tempo futuro desejado. Além disso, o discurso utópico-imperial já apresenta todos os sinais assustadores daquilo a que se chama de “distopia” a partir da Idade Moderna. A análise textual vai desde os primeiros documentos do chamado “achamento+ do Brasil” – a carta de Pero Vaz de Caminha (1500) e o *Planisfero de Cantino* (1502) –, passando pela *Vtopia* (1516) de Thomas More, *Os Lusíadas* (1572) de Luis de Camões, e *Arte de grammatica* (1595) de José de Anchieta, até *História do futuro* (1649/1718) de António Vieira e aos poemas de Gregório de Matos do final do século XVII.

Palavras-chave: utopia; império; ilha; futuro; Idade Moderna.

## Abstract

Empire and utopia have always been intimately linked. This article deals with a utopian-imperial discourse, which was created through various lusophone texts, protagonists and images at the beginning of the early modern period. This discourse was characterized both spatially, for instance, as a quasi-ideal island, and temporally, as a better future. As this article observes, the discourse tends to shift from the vision of a hopeful space in the 16th century to the understanding of a desired future time in the 17th century. Such a change seems to stand in direct connection with the closing cartographic gaps in the European imagination. Moreover, this utopian-imperial discourse already bears the signs of what is modernity would later call “dystopia”, envisioning even better functioning empires with more perfected slave systems. The article’s textual analysis ranges from the first documents of the so-called “finding of Brazil” – the letter by Pero Vaz de Caminha (1500) and the *Planisfero de Cantino* (1502) – to Thomas More’s *Vtopia* (1516), Luis de Camões *Os Lusíadas* (1572), and José de Anchieta’s *Arte de grammatica* (1595). It also includes António Vieira’s *História do futuro* (1649/1718) and Gregório de Matos’ poems from the end of the 17th century.

Keywords: utopia; empire; island; future; Modern Age.

A prática da colonização geralmente esteve entrelaçada com a ideia de utopia. A expansão europeia estimulou o pensamento utópico-imperial e alimentou-se dele. O chamado “Novo Mundo” apareceu, explicitamente ou como subtexto, nos textos utópicos mais importantes do início da Idade Moderna, enquanto, a um nível extraficcional, as potências coloniais levaram a cabo agendas utópicas nos territórios ocupados (Chordas, 2010, p. 3). Não é por acaso que a noção de heterotopia de Foucault – a utopia realizada – é informada pelas experiências missionárias no Paraguai (ou no Brasil). No século XVI, os jesuítas construíram comunidades rígidas, que se organizaram arquitetonicamente em torno de uma igreja e cuja rotina diária era determinada pelo sino da igreja (Foucault, 1986, p. 27). Como mostram as explicações de Foucault, as utopias imperiais são predominantemente caracterizadas pela espacialidade. No entanto, possuem também uma importante dimensão temporal, que se fortaleceu com a progressiva consolidação geopolítica e cartográfica das potências coloniais no século XVII.

Este artigo investiga o funcionamento discursivo da utopia imperial no início da Idade Moderna. As utopias tecem o espaço e o tempo em diferentes tipos de textos para formar um discurso imperial que terá uma influência duradoura no pensamento ocidental. Começo por traçar as ligações entre a ficção de viagem *Vtopia* (1516), de Thomas Morus, que caracteriza o gênero, e os escritos da expansão portuguesa, para revelar a componente topográfica da utopia imperial, definida linguisticamente e visualmente. Discuto a *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* (1595) de José de Anchieta, o *Planisfero de Cantino* (1502), e menciono brevemente *Os Lusíadas* (1572) e a carta de Pero Vaz de Caminha sobre o “descobrimento” do Brasil (1500). Além disso, leio a *História do futuro* (1649/1718), de

António Vieira, para ilustrar a componente temporal da utopia, e faço uma leitura cruzada com vários poemas de Gregório de Matos, contemporâneo de Vieira. Isso torna claro que a expansão lusófona operou com um pensamento utópico que se orienta para a construção de um “novo” futuro imperial num “novo” lugar imperial. Tais utopias não são apenas um desejo idealizado, mas contêm já elementos – para usar um termo mais moderno – “distópicos”. No processo, o artigo considera também as manifestações literárias da utopia imperial. Segundo Chordas, que investiga a utopia a partir de uma perspectiva anglófona, o género é óbvio: “Before commenting on the forms, or sub-genres, that go into the formation of early modern utopia as a literary genre, I wish to point out a factor common to all of them, namely that within the utopian context, they are all prose” (Chordas, 2010, p. 8) [“Antes de comentar as formas, ou subgêneros, que entram na formação da utopia moderna como gênero literário, gostaria de salientar um fator comum a todos eles, nomeadamente o fato de, no contexto utópico, serem todos prosa”<sup>1</sup>]. Contrariamente à observação de Chordas, porém, as obras aqui analisadas não são somente escritas em prosa; as utopias imperiais lusófonas aparecem também na poesia, em obras linguísticas, como as gramáticas, e em produtos visuais, como mapas e ilustrações. Em diálogo, esses textos e imagens revelam o horizonte utópico que criam coletivamente para o império português no início da Idade Moderna. A ideia de utopia atravessa vários gêneros, que tecem um discurso utópico-imperial caracterizado espacial e temporalmente. A visão metodológica de “tecer”, já subliminarmente mencionada, é retirada dos próprios textos analisados. Neles, o termo aparece como uma categoria importante para pensar visões futuras. Como escreve António Vieira, “[a] Historia do Futuro igualará na verdade, & na certeza, ou por melhor dizer, se não distinguirá della, por ir toda (como vay) não só fundada nos mesmos Textos, & Sentenças da Escritura Divina, mas formada, & como tecida delles” [sic] (Vieyra, 1718 [1649], p. 180). Vieira afirma, assim, que as suas

narrativas imperiais do futuro são “tecidas” como uma escritura profética cristã. Do mesmo modo, a voz lírica de Gregório de Matos afirma que “[t]ecerei uma história” (Matos, 1999, p. 122). Nesse sentido, o termo “tecer” refere-se, neste artigo, ao modo como a utopia emerge em várias formas literárias, cuja combinação torna o discurso imperial mais claramente visível. Na sua orientação discursiva comum, os textos mobilizam a qualidade metafórica do “tecer”, que condensa e reforça a utopia, abrindo assim portas à violência epistêmica – e à sua crítica.

### **Raphael, o navegador português, e os espaços de possibilidade**

As utopias de expansão seguem as rotas da conquista e são, por isso, frequentemente localizáveis cartograficamente, encontrando-se em “outros” territórios desconhecidos. Os espaços em branco nos mapas que existiam na Europa do século XVI são, assim, preenchidos por desejos. O conhecido *Planisfério de Cantino* (fig. 01) pode ser lido com o pano de fundo da “descoberta” portuguesa do Brasil dois anos antes, relatada na carta ao Rei por Pero Vaz de Caminha (1500): “[P]osto queo capitam moor desta vossa frota e asy os outros capitaães screpuam avossa alteza anoua do achamento desta vossa terra noua que se ora neesta naue gaçam achou” [sic] (Caminha, 1978 [1500], p. 1r). Caminha descreve a frota, mas também a terra recém-descoberta possessivamente. Para ele, é uma terra sem nome, e é a propriedade do rei português. O *Planisfério*, criado por um cartógrafo desconhecido e adquirido pelo diplomata Alberto Ferrara em Lisboa, em 1502, retrata a divisão papal do mundo entre as potências marítimas Portugal e Espanha. Trata-se da hegemonia na Ásia e em África – central na imagem –, mas também no “novo” continente, cuja extensão é desconhecida na Europa. No entanto, o grau da longitude desenhado na extrema esquerda divide

“Abya Yala” (Lisboa, 2014) – um termo histórico do povo Kuna para o espaço que o rodeia, hoje utilizado nas visões decoloniais em vez do nome europeu “América” – entre “castella & portugall” (Planisfero de Cantino, 1502) [sic], como se nota no mapa. Os “vazios” geográficos arbitrariamente inventados baseiam-se na ignorância geopolítica e conduzem a especulações, desejos e esperanças quanto à forma como esses espaços vazios devem ser preenchidos. Isso encoraja o pensamento imperial-utópico, que rapidamente se manifesta numa variedade de textos, como no relato de viagem fictício *De optimo reip. [rei publicae] statu deque noua insula Vtopia* (1516) de Thomas Morus.

*Figura 01: Planisfero de Cantino (1502)*

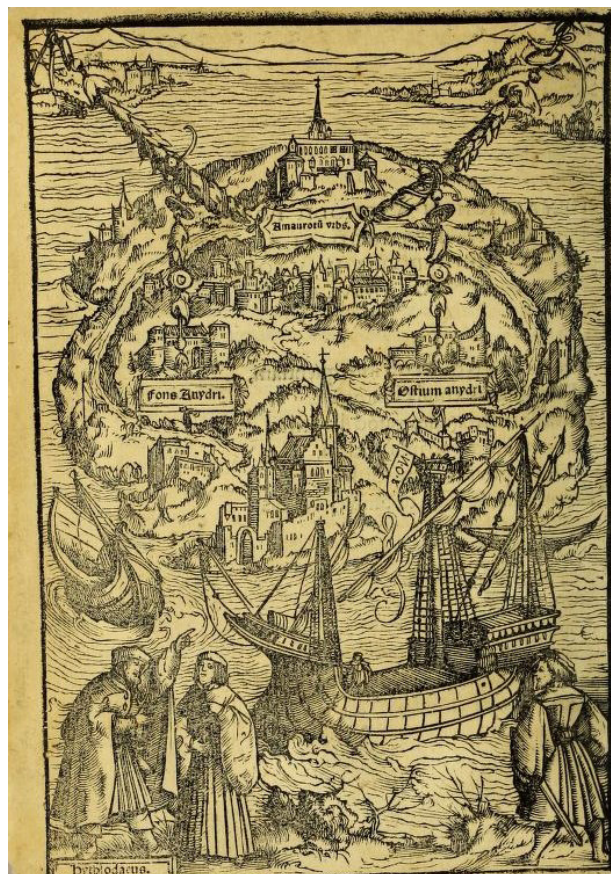


Fonte: Cortesia da Biblioteca Estense Universitaria, Modena

Como é sabido, *Vtopia* apresenta um mundo ideal paradigmático que ilustra as ligações entre utopia e império no início da Idade Moderna. Em Antuérpia, o narrador autobiográfico na primeira pessoa, Morus, encontra o português Raphael, que também participou em viagens de descoberta e conquista: “Raphael iste [...] est enim lusitanus [...], orbis terrarum

contemplandi studio, Americo Vespucio se adiunxit” [sic] (Morus, 1518 [1516], p. 28) [“O referido Raphael [...] é nomeadamente português [...], e estava ansioso por conhecer o mundo inteiro, por isso juntou-se a Américo Vespúcio”]. Nas suas viagens marítimas, Raphael chegou à ilha de Vtopia, que agora conta ao maravilhado Morus. O nome da ilha remonta ao conquistador vitorioso Vtopus; fica no meio do mar, e as rochas debaixo de água complicam a difícil viagem até lá; há 54 cidades na ilha, que são estritamente organizadas por chefes de família (Morus, 1518 [1516], p. 70-72). A ilustração impressa no livro visualiza a ilha como um lugar circular onde se desenham, entre colinas, vários edifícios de estilo medieval: vários castelos e, no extremo sul, um edifício que se assemelha a uma igreja cristã (fig. 02). A ilha está rodeada de águas turbulentas. Um navio luta contra perigosas correntes e remoinhos; outro parece zarpar para a ilha. Um homem em primeiro plano (Raphael) aponta, desde a terra firme, para o outro lado do mar em direção à Vtopia. Parece falar sobre ela, enquanto duas outras pessoas (Morus e o seu amigo) olham para ele e ouvem. O texto e a imagem concretizam o *tópos* da navegação de expansão a partir da Península Ibérica, que a literatura portuguesa do século XVI vai defender. O primeiro verso das *Lusíadas* de Luís de Camões (1572) utiliza já uma imagética semelhante à de Morus, “da Occidental praya Lusitana, / Por mares, nunca de antes navegados, / Passaram [...] / Em perigos [...], / Entre gente remota edificaram / Nouo Reino, que tanto sublimaram” [sic] (Camões, 1572, p. 1r). No imaginário utópico de Morus, tal como no texto glorificador de Camões, um novo espaço ideal é criado assim que – de acordo com os modelos literários medievais – uma nova fase da vida é anunciada com a perigosa travessia do mar (Bauschke-Hartung, 2016, p. 39).

*Figura 02: De optimo reip. [rei publicae] statu deque noua insula Vtopia*  
(Morus, 1518 [1516], p. 12).



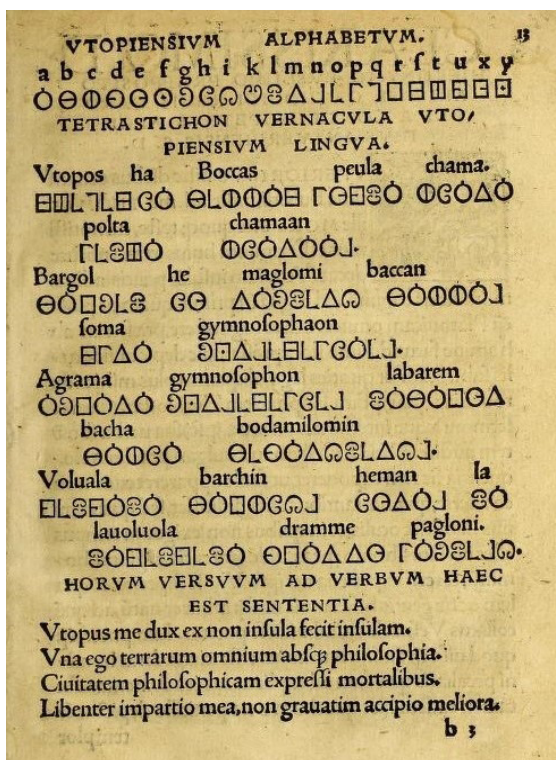
No entanto, a utopia imperial não está muito longe da sua sombra. As migrações históricas da Europa para as colônias têm sido frequentemente explicadas em termos de distopia e utopia. Supõe-se que as visões distópicas de um futuro impossível na casa própria foram substituídas pela noção utópica de uma vida nova e melhor na distância (Tower Sargent, 2010, p. 202). No início da Idade Moderna, as utopias já apresentam os traços autoritários do que ficou conhecido como “distopia” a partir da era moderna (Claeys, 2017, p. 4-6). Na *Vtopia* de Morus, há abundância de alimentos e cuidados médicos para todos, bem como roupas uniformes – assim como escravos, que, embora não sejam especificamente “capturados”, são prisioneiros de guerra, criminosos ou pessoas desfavorecidas de áreas vizinhas que se oferecem “voluntariamente” como escravos por causa da pobreza (Morus,



1518 [1516], p. 119-120). A escravatura utópica lembra o tráfico colonial de seres humanos. Outros elementos de *Vtopia* também estabelecem ligações discursivas com os escritos da expansão. O “utopensium alphabetum” (fig. 03), o alfabeto utópico que Morus inventa, remete às práticas missionárias que registram meticulosamente línguas – desconhecidas dos frades – como as variedades tupi, não só uniformizando regiões multilíngues, mas também “sobrescrevendo-as” na lógica europeia.

Figura 03 - Utopensium alphabetum (Morus, 1518 [1516], p. 13)

Figura 04 - Arte de grammatica (Anchieta, 1595, p. 12)



**LINGOA DO BRASIL.** 12

pos que tem articulos, quando a primeira pessoa utriusque numeri he nominatiuo, & a segunda accusatiuo vt.

yxê orôjucâ,	eu te mato.
orê orôjucâ,	nos te matamos.
yxê opôjucâ,	eu vos mato.
orê opôjucâ,	nos vos matamos.

¶ Orê, yandê, são tambem adiectiuos, noster, a, um, differem nisto, affaber que Orê, exclue a segunda pessoa cõ q̄ falamos da quelle ac̄to, de q̄ se trata, vt orê orôj, nos imos, & tu não, orêmbaê, nossas coufas & não tuas, porem, yandê, inclue a segunda pessoa vt ya ndêyaç, nos imos, & tu tambem yandêmbaê,, nossas coufas, & tuas tambem.

E assi fazem no verbo duas pessoas pluraes, vt orôj, yaç.

*De Ac̄.*

**A** Mesma declinação tem este nome, *Ac̄*, vt. Nom. *Ac̄*. datiuo. *Ac̄be*, vel *Ac̄bo*. Significa, homem, quando dizemos, diz homem, faz homê, & assi he a terceira pessoa, & ferue a ambos os numeros, & a macho, & femêa, vt opâcê vay homê.

**Na construção** quando he accusatiuo, præpoem se immediato ao verbo, assi como, *xê*, *orê*, *yandê*. E por todos ferue, vt *Ac̄ê jucâ*, a homem matão iamí, a nos, &c. deixadas outras significações que non sunt huius loci.

*Do Pronome Relatiuo, & Reciproco.*

**C** Com zeura, & j. são pronomes relatiuos em todos os casos & numeros, significação, is, ea, id.

B 4 O. he

A *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta, não se baseia no texto ficcional de Morus e não tem relação direta com ele. No entanto, as obras imperiais como a *Arte de grammatica* foram escritas num horizonte semântico que conhecia o pensamento utópico, idealizado e rígido. Os jesuítas forçam o espaço linguístico que

querem dominar a um espartilho latino e simplificam as diferentes variedades regionais numa única, que eles mesmos também falam (Rowe, 1974, p. 364). Na *Grammatica* de Anchieta, os sons da “costa do Brasil” são transformados em letras latinas; o alfabeto de Morus inventa novas letras que correspondem à escrita latina. Nos dois casos, há um efeito de alienação visual que se manifesta numa tradutibilidade utópica: geram o efeito de que um grande mundo desconhecido se torna, finalmente, compreensível. A disciplinarização jesuítica do tupi adota traços “distópicos”: evoca a guerra colonial e a resistência indígena, mas também a imagem da antropofagia, em exercícios gramaticais. Anchieta conjuga o verbo “matar” em tupi e português na primeira pessoa (singular e plural), que mata uma segunda pessoa (singular e plural) (fig. 04), como se essa fosse a possibilidade sombria de comunicação no Brasil. Outras cartas jesuíticas confirmam esse nível de significação. Juan Azpilcueta Navarro, um dos primeiros jesuítas no Brasil, descreve um incidente antropofágico numa carta escrita em espanhol em 1551:

[E]ntonces acabavan de matar una muchacha, y [...] hallé que la estaban coziendo para la comer [...]. Respondióme uno dellos que si más hablasse que otro tanto nos haría. Yo no lo entendí sino la lengua que conmigo llevaba, a la qual insistí que hablase lo que yo le dixiesse, pero nunca osó de hablar palabra [Então tinham matado uma menina e [...] descobri que a cozinhavam para comer [...]. Um deles respondeu-me que, se eu falasse mais, ele faria o mesmo conosco. Eu não o entendia, mas a língua que tinha comigo sim, ao que eu insistia para que falasse o que eu lhe dizia, mas ele nunca se atreveu a dizer uma palavra] (Azpilcueta, 1956, p. 282).

O tradutor – chamado de “língua” – que acompanhava Azpilcueta já não quer divulgar o evangelho por medo de ser comido. Muito mais tarde, o “Manifesto Antropófago” de Oswald de Andrade, publicado em 1928 na *Revista de Antropofagia*, sonha com a unidade antropofágica no hemisfério e com uma nova “idade de ouro anunciada pela América” [sic] (Andrade,

1928, p. 3). As utopias – incluindo a própria versão de Andrade, que devora a Europa – encontram na América o seu terreno paradigmático: “A geografia das Utopias situa-se na América” [sic] (Andrade, 1953, p. 8). O ensaio *A marcha da utopia* (1953), publicado pouco antes da morte de Andrade, refere-se especificamente a Morus e ao navegador português Raphael, e assim, afirma categoricamente: “As Utopias são [...] uma consequência da descoberta do Nôvo Mundo” [sic] (Andrade, 1953, p. 6). Segundo Andrade, com exceção da antiga ideia de república de Platão, que se poderia chamar de “utópica” *a posteriori*, as utopias, com o seu potencial libertador e revolucionário, foram o resultado direto da conquista (Andrade, 1953, p. 8). Nessa análise – antropofágica –, o pensamento utópico nasce de fato da violência europeia, mas é o espaço americano que devora as utopias e lhes dá o sentido de resistência e de revolta crítica. Andrade cria assim uma contrautopia, que se tece com a espacialidade dos textos utópicos coloniais. Escreve, conscientemente, “[c]ontra Anchieta” (Andrade, 1928, p. 7). Como essas observações e numerosos outros estudos demonstram, os espaços não europeus tornaram-se um terreno fértil para as utopias no início do período moderno e tiveram eco em textos posteriores.<sup>2</sup> A componente espacial está inscrita no trabalho missionário. Assim, as obras como *Arte de grammatica* de José de Anchieta constroem pontes para a *Vtopia*. No entanto, de acordo com Beatriz Pastor Bodmer, os imaginários utópicos do trabalho missionário baseiam-se principalmente em ideias bíblicas do Apocalipse (Pastor Bodmer, 1999, p. 14-15). Embora Pastor Bodmer examine a colonização espanhola entre 1492 e 1695, a sua análise também é relevante para a expansão lusófona. Como se verá no próximo capítulo, os textos missionários introduzem, como par da espacial, uma dominante dimensão temporal que oscila entre visões ideais do futuro e ideias “distópicas”.

---

2 A pergunta se as utopias são universais ou historicamente determinadas, e de que lado da divisão do poder colonial surgem – se são mesmo ideias profundamente ocidentais – tem sido discutida polemicamente. Ver aqui: Beauchesne e Santos (2011, p. 1-26).

## Sebastião, o rei português, e outras histórias do futuro

Com a visão contrautópica analisada antes, Oswald de Andrade escreve também “[c]ontra o Padre Vieira”, porque “Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a labia” (Andrade, 1928, p. 3). Famoso mestre da retórica barroca (ou, como Andrade diz pejorativamente, “labia”), António Vieira (1609-1697) é considerado um grande inventor de utopias.<sup>3</sup> O estudo pormenorizado de José Eduardo Franco explora o vasto *corpus* de textos do escritor jesuíta, insere-os nas discussões teológicas da época e sintetiza que “podemos considerar o Quinto Império vieiriano como uma utopia, na medida em que é uma proposta de regeneração da sociedade portuguesa em particular e da comunidade humana em geral” (Franco, 1999, p. 157). Vieira desenvolve a ideia futurista do “Quinto Império” em várias obras, na *História do futuro*, na *Clavis Prophetarum*, na *Defesa do Quinto Império*, nas *Esperanças de Portugal*, ou na *Carta Apologética*, bem como em inúmeros outros sermões e cartas. Cultiva assim a ideia messiânica de uma idade “última”, que seria a idade de Cristo e, ao mesmo tempo, da supremacia cristã de Portugal. As ideias utópicas de Vieira inscrevem-se em discursos já existentes, como o sebastianismo, e recriam-nos; não é, pois, de estranhar que as mesmas noções utópicas sejam retomadas em outras obras literárias. Assim, no que segue, teço a ideia de Vieira do glorioso futuro imperial-cristão com os poemas barrocos do contemporâneo de Vieira, Gregório de Matos, que abordam a utopia imperial de uma forma satírica e desiludida. Assim, aparece uma imagem histórica-literária sobre as contraditórias tendências utópicas, temporalmente determinadas, do final do século XVII, ancoradas no Nordeste brasileiro.

Um dos títulos de Vieira que se refere claramente ao amanhã é *História*

---

3 Ver por exemplo: Lopes (1999) e Saraiva (1992).

*do futuro*. O jesuíta inicia a obra entre 1649 e 1665 – a data exata está em debate –, embora só seja publicada postumamente em 1718. Vieira conhece bem o atrativo das utopias – ou das “histórias do futuro”, como ele diz. O primeiro capítulo da *História* começa da seguinte forma: “Nenhuma coisa se pode prometter à natureza humana mais confôrme ao seu mayor appetite, nem mais superior a toda a sua capacidade, que a notícia dos tempos, & sucessos futuros; e isto é o que oferece a Portugal, à Europa e ao Mundo esta nova e nunca vista história” [sic] (Vieyra, 1718 [1649], p. 1). Vieira elogia a utopia que propõe como nova e inédita para Portugal e para o mundo. Pensa que as pessoas – os seus leitores – querem saber mais sobre o futuro como nada, mas que o futuro também ultrapassa o horizonte do compreensível. Para o padre, existem falsas formas de satisfazer o desejo de futuro, como a astrologia, a clarividência, os oráculos e outras “superstições”. Com referência à Bíblia e aos antigos escritos gregos e judaicos, Vieira confessa ainda que o livro não explica o passado para preparar o futuro, mas o futuro para compreender o presente (Vieyra, 1718 [1649], p. 3-9). Desse modo, Vieira define já uma componente fundamental da temporalidade utópica, que será relevante para o gênero ainda muito mais tarde: o amanhã não se sustenta por si mesmo, mas explica fundamentalmente o hoje. Ainda, aclara que o tempo é espacialmente estruturado. Tal como o mundo, o tempo tem dois hemisférios: o passado, reconhecível na superfície, e o futuro invisível, adormecido no subsolo. Ele anuncia que a *História* promete conquistas, vitórias e triunfos que não são apenas novos porque se situam no futuro, mas também porque são completamente diferentes de tudo o que se conheceu antes. Com referência a “Sam Paulo”, Vieira expõe que há dois tipos de futuro: “Hum futuro que está longe, & outro futuro que está perto; um futuro que há-de vir e outro futuro que já vem; um futuro que muito tempo ha de ser futuro [...]; & outro futuro que brevemente ha de ser presente” [sic] (Vieyra, 1718 [1649], p. 20-21). Ele próprio, evidentemente,

v i s  
d e l  
e r  
u r a  
t r a  
v e  
i a

fala do futuro próximo, que, como indica citando os escritos proféticos, já está predeterminado por Deus, e que ele agora proclama. O narrador não aparece aqui como um escritor que pensa, inventa e escreve sozinho, mas como um tradutor e mensageiro de uma verdade superior.

Segundo Franco, o conceito de utopia de Vieira deve ser entendido num sentido restrito, “visto que este império tinha um lugar e até um tempo determinado” (Franco, 1999, p. 157). Em *História do futuro*, o lugar “utópico”, que emerge num tempo “utópico”, é um Portugal “melhor” que existirá até ao apocalipse. A obra pretende desvendar os mecanismos dessa utopia imperial: “[A] historia do futuro [...] mostra, que ha de haver no mundo hum novo Imperio: [...] suas grandezas, & felicidades: [...] em que terra: [...] em que tempo [...]. Estas [...] cousas são, as que ha de examinar, resolver, & provar a nova historia, que escrevemos, do quinto Imperio do mundo” [sic] (Vieyra, 1718 [1649], p. 25-26). A *História* trata do futuro glorioso de Portugal quando se tornar o “Quinto Império”. A colonização já efetuada faz parte de tal processo e é a prova das maravilhas que estão por vir. Outrora, a descoberta de novos povos e territórios era um futuro invisível, mas agora já se tornou um presente visível:

Diz o Apóstolo São Paulo, que [...] Deos [...] repartio os seculos conforme os decretos da sua palavra, para que cousas invisíveis se fizessem visíveis: [...] por onde não he muyto que tanta parte do mundo, & as gentes que o habitavão, estivessem ignoradas & invisíveis por tantos seculos, & que depois chegasse hum seculo em que se descubrissem, & fossem visíveis; & assim [...] corrida esta cortina, se descubrião & manifestáráo as terras, & gentes, de que tinhão fallado os Profetas [...]. Destas terras ultramarinas encubertas, & incógnitas, fallava Isafas, quando disse no cap. 24: [...] *in insulis maris nomen Domini, Dei Israel* [...] (Vieyra, 1718 [1649], p. 337). [sic]

Na representação, a América é uma visão histórica, já realizada, do

futuro (pensamos novamente na heterotopia de Foucault mencionada no início) que os apóstolos e a Bíblia tinham previsto. A terra além-mar é a ilha do futuro que já se manifestou. Ao longo da *História*, Vieira argumenta que também os reis, como D. Afonso Henriques do sec. XVII, foram, no passado, previstos para o futuro. De igual modo, o “Quinto Império” seria liderado por um rei glorioso, o que, segundo Vieira, reforça a tese do regresso de D. Sebastião. Na investigação da utopia literária, o Sebastianismo foi visto como uma forma utópica elaborada na memória coletiva portuguesa (Araújo, 2015, p. 422-423). No entanto, essa utopia protonacional já era criticada na literatura da época. Gregório de Matos (1636-1696) ridiculariza o Sebastianismo, e o pensamento utópico que lhe está associado. O soneto posiciona-se contra as visões eufóricas do futuro de um novo império, propostas e pregadas por Vieira. Matos associa-as com o charlatanismo que o próprio Vieira deplora nos oráculos e na astrologia. O título do soneto relaciona o Sebastianismo com o fenômeno natural de um cometa e expõe o futuro imperial ideal como uma ilusão:

Pretende agora (posto que em vão) desenganar aos sebastianistas,  
que aplicavan o dito cometa à vinda do encoberto

Estamos em noventa, era esperada  
De todo o Portugal e mais Conquistas,  
Bom ano para tantos bestianistas,  
Melhor para iludir tanta burrada.

Vê-se uma estrela pálida e barbada,  
E deduzem agora astrologistas  
A vinda de um Rei morto pelas listas,  
Que não sendo dos Magos é estrelada.

Oh quem a um bestianista perguntara,  
Com que razão, ou fundamento, espera  
Um Rei, que em guerra d'África acabara?

E se com Deus me dá, eu lhe dissera:  
Se o quis restituir, não o matara;  
E se o não quis matar, não o escondera (Matos, 2010, p. 159).

O poema indica a data específica de 1690. Em dezembro do ano anterior, 1689, um cometa historicamente documentado foi observado no Brasil; quatro anos antes, em agosto de 1686, outro cometa foi avistado (Mourão, 1980, p. 8). No início da Idade Moderna, a astrologia era reconhecida em Portugal e nas suas colônias. Com base na ciência medieval, a astrologia era oferecida nas universidades como um tema que era investigado a partir de diferentes perspectivas disciplinares, como a matemática ou a geometria (Dos Anjos, 2016, p. 26). O soneto de Gregório de Matos, no entanto, desafia a linha argumentativa da utopia imperial com uma retórica barroca, com trocadilhos, figuras e tropos. No cometa, os sebastianistas veem finalmente o sinal celeste de que o seu rei – há muito perdido – ia regressar. Os “sebastianistas” encontram um eco nos “bestianistas”, que agora esperam finalmente novas conquistas e um novo império glorioso. No entanto, essa visão utópica do futuro é desvalorizada como “burrada”. O poema afirma que a expectativa de que o rei, há muito desaparecido em África, volte a aparecer, não tem fundamento. No último terceto, Matos argumenta com Deus, e com um quiasmo. Provavelmente, o céu tem as suas razões para que o rei já não apareça. O fenômeno celeste do cometa não altera essa situação. Aqui, Matos destrói a ideia de um futuro supostamente ideal. No entanto, Matos não se limita a criticar as utopias imperiais – ele próprio as tece. O poeta, oriundo da classe alta privilegiada da Bahia, assume um tom “distópico” sobre o estado atual da colônia, que já não pertence apenas a Portugal, mas se abriu ao comércio prototransnacional. Em primeiro lugar, a voz lírica relata a partida de Portugal e o regresso à Bahia. No entanto, a passagem de inspiração autobiográfica – o próprio Matos regressou ao Brasil depois de muitos anos em Portugal – lamenta o futuro imperial que era desconhecido no passado:



Se estando eu lá na Corte tão seguro  
Do néscio impertinente que porfia,  
A deixei por um mal que era futuro;

Como estaria vendo na Bahia,  
Que das Cortes do mundo é vil monturo [sic],  
O roubo, a injustiça, a tirania? (Matos, 1999, p. 89).

O dois tercetos deste soneto deploram não ter percebido, em Portugal, o futuro sombrio que o esperava na Bahia. A cidade aparece como uma sombra do império, e nela governam o despotismo e a falta de sinceridade. Em um trecho do poema a seguir, a voz lírica sofre do estado catastrófico da Bahia colonial e alerta que as coisas vão piorar ainda mais:

Tristes sucessos, casos lastimosos,  
Desgraças nunca vistas, nem faladas,  
São, ó Bahia! vésperas choradas  
De outros que estão por vir mais estranhos:

Sentimo-nos confusos, e teimosos,  
Pois não damos remédios às já passadas,  
Nem prevemos tampouco as esperadas,  
Como que estamos delas desejosos (Matos, 2010, p. 48).

No poema, a cidade colonial da Bahia é caracterizada por tristeza e calamidades sem precedentes. No entanto, acontecimentos ainda mais alarmantes estão por vir e se abaterão sobre a cidade no futuro. A voz lírica coletiva, “nós”, está cheia de emoções negativas e teme o futuro em que ninguém – nem a autoridade política – pensa. Matos ultrapassa aqui o motivo barroco da *vanitas*. Não se trata apenas da transitoriedade da vida atual, mas da catástrofe que ainda está por vir. No entanto, permanece o desejo de um futuro melhor e a esperança de que o fim fatal da Bahia ainda possa ser evitado. Contudo, a ideia apocalíptica domina. Ela representa o império mundano – a colônia – que Matos completa com a noção da desgraça espiritual no Juízo Final: “Acabe o mundo, porque é já preciso / Erga-se o

morto, deixe a sepultura / Porque é chegado o dia do Juízo” (Matos, 1999, p. 79). Nesse poema fantasmagórico, o morto levanta-se do túmulo porque o mundo acaba e o Juízo Final começa. Em outro poema, Matos reconhece a importância de *tecer* as histórias do futuro: “Tecerei uma história em ouro fino / De meus versos serás templo frequente / Onde glórias te cante de contínuo” (Matos, 1999, p. 122-123). O futuro tece-se com fios de ouro; alguém (“tu”) torna-se então um templo dos versos sempre cantados. Os poemas de Matos fazem parte do discurso imperial-utópico do início da modernidade, que diferentes obras tecem em conjunto e que é complicado em si mesmo. Essa complexidade está presente nos poemas de Matos, que oscilam entre a destruição da utopia imperial e a construção da “distopia” colonial. Porém, nos poemas, há também uma reconstrução da utopia imperial. Um futuro de poder crioulo seria, assim, desejável. Também, para António Vieira, a utopia do “Quinto império” cristão-português é complexa, porque não é despreocupada. O futuro português contém já na sua base elementos perigosos e assustadores: “Os inimigos que mais temo a Portugal, são soberbia, & ingratitude, vícios tam naturaes da prospera fortuna, que como filhos da víbora juntamente nascem della, & a corrompem” [sic] (Vieira, 1718 [1649], p. 48). Se Portugal se deixar levar pelos vícios, a sua queda é inevitável. Seguindo Matos e Vieira, a utopia imperial é tão ideal como também, e *avant la lettre*, “distópica”.

## Conclusão

Os textos analisados mostram que, no início da Idade Moderna, formase, em vários gêneros, espaços e tempos, um discurso utópico-imperial. O diálogo entre *Vtopia*, de Thomas Morus, e as manifestações literárias e visuais ilustra a dimensão espacial da utopia imperial. Os mapas como o *Planisfério*

*de Cantino* produzem espaços vazios que o imaginário imperial procura preencher. Os textos missionários, como a *Arte de grammatica* de José de Anchieta, são também estruturalmente semelhantes a *Vtopia*, na medida em que visualizam o Brasil como um espaço linguístico cheio de perigos e possibilidades para o futuro. De igual modo, a dimensão temporal surge como uma característica pré-determinada da utopia imperial. A *História do futuro*, de António Vieira, pinta um futuro utópico com novas conquistas e triunfos portugueses, implementando o trabalho missionário cristão em territórios “novos”, desconhecidos. Esse futuro glorioso parece estar ao alcance de Vieira, mas corre o risco de se transformar no seu terrível oposto. Já os poemas de Gregório de Matos, inspirados no inconformismo do autor em relação aos desenvolvimentos prototransnacionais em curso, proclamam um fim apocalíptico da colônia, mas, simultaneamente, a esperança de um novo começo. A prosa não é o único gênero a incorporar visões utópicas. Pelo contrário, a utopia imperial pode aparecer em várias formas literárias – desde textos do cotidiano, como gramáticas e mapas, até poesia. As obras utópicas, como de Vieira e Matos, insistem na qualidade de “tecer”. “Tecendo” o futuro “dourado”, como diz literalmente Matos, impulsiona-se, mas também questiona-se, a expansão imperial. Assim, articulam-se o desejo de um mundo ideal e, ao mesmo tempo, as visões aterradoras da morte e da desgraça – como na conjugação antropofágica do tupi de Anchieta, ou no medo da ruína futura de Vieira e Matos. O ato de tecer é também relevante na medida em que essa prática e ideia são capazes de criar o discurso utópico-imperial em primeiro lugar. Em suma, os textos e as imagens do início da Idade Moderna “tecem” visões do futuro império de forma heterogênea que oscilam entre a alegria e o horror.

## Material de arquivo

*Planisfero de Cantino* (1502). Lisboa. 1 f. Pergamino. Fondo Estense. Biblioteca Estense Universitaria, Modena. Disponível em: <https://edl.cultura.gov.it/item/yzjge1e57d>.

## Referências

ANCHIETA, Josef de. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. In: *Revista de Antropofagia*. vol. 1, n. 1, p. 3-7, 1928.

ANDRADE, Oswald de. *A Marcha das Utopias*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1953.

ARAÚJO, Sofia. Um olhar ético-literário sobre utopismo português. In: NATÁRIO, Maria Celeste; BEZERRA, Cícero Cunha; CARLOS, Elter Manuel; EPIFÂNIO, Renato. (Orgs.). *Errâncias do imaginário: entre o Brasil, Cabo Verde e Portugal*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2015, p. 418-428.

AZPILCUETA [NAVARRO], João. Aos Padres e Irmãos de Coimbra. Agosto (?) de 1551. In: LEITE, Serafim. (Org.). *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, p. 276-283.

BAUSCHKE-HARTUNG, Ricarda. Die Bedeutung des Meeres in den deutschen und französischen Tristanromanen. In: DIETL, Cora; SCHANZE, Christoph. (Orgs.). *Formen arthurischen Erzählens vom Mittelalter bis in die Gegenwart*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016, p. 3557.

BEAUCHESNE, Kim; SANTOS, Alessandra. *The Theory and Practice*

of the Utopian Impulse in Latin America. In: BEAUCHESNE, Kim; SANTOS, Alessandra. (Orgs.). *The Utopian Impulse in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 1-26.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Manuscrito autógrafo sobre papel. Atualização do texto de M. Viegas Guerreiro. Casa da Moeda: Lisboa, 1978 [1500]. Disponível em: [https://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta\\_pvcaminha/index.html](https://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta_pvcaminha/index.html). Acesso em: 01 maio 2024.

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Antonio Gonçalvez Impressor, 1572.

CHORDAS, Nina. *Forms in Early Modern Utopia: The Ethnography of Perfection*. Farnham: Ashgate, 2010.

CLAEYS, Gregory. *Dystopia: A Natural History. A Study of Modern Despotism, Its Antecedents, and Its Literary Diffractions*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DOS ANJOS, Bianca Cruz. *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco: primeira descrição dos 'males' por João Ferreira da Rosa no século XVII*. In: *Temporalidades*. vol. 8, n. 1, p. 11-36, 2016.

FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces. Tradução de Jay Miskowiec. In: *Diacritics*. vol. 16, n. 1, p. 22-27, 1986.

FRANCO, José Eduardo. Teologia e utopia em António Vieira. In: *Lusitania Sacra*. n. 11, p. 153-245, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala. Semiótica da descolonização. In: *Revista de Educação Pública*. v. 23, n. 53/2, p. 501-531, 2014.

LOPES, António. *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua Utopia*.

Cascais: Principa, 1999.

MATOS, Gregório de. *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos* Vol. II: Edição dos sonetos. TOPA, Francisco (Org.). Porto: Universidade de Porto, 1999.

MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. WISNIK, José Miguel. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MORUS, Thomas. *De optimo reip. [rei publicae] statu deque noua insula Vtopia, libellus uere aureus, nec minus salutaris quám festiuus*. Apud inclytam Basileam: apud Ioannem Frobenium, 1518 [1516].

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Os cometas de Gregório de Matos. In: *Jornal do Brasil*, 13 de fev., Caderno B, 1980, p. 8.

PASTOR BODMER, Beatriz. *El jardín y el peregrino: el pensamiento utópico en América Latina (1492-1695)*. México: UNAM, 1999.

ROWE, John Howland. Sixteenth and Seventeenth Century Grammars. In: HYMES, Dell. (Org.): *Studies in the History of Linguistics: Traditions and Paradigms*. Bloomington: Indiana University Press, 1974.

SARAIVA, António José. *História e utopia: estudos sobre Vieira*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

TOWER SARGENT, Lyman: Colonial and postcolonial utopias. In: CLAEYS, Gregory (Org.): *The Cambridge Companion to Utopian Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 200-222.

VIEYRA, António de. *Historia do futuro: Livro ante primeyro prologomeno a toda a historia do futuro, em que se declara o fim, & se provaõ os fundamentos della. Materia, verdade & utilidades da historia do futuro*. Lisboa Occidental: Na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718 [1649].

r e v  
t a c  
i t  
a t  
o u  
t r a  
s s

Submissão: 20/05/2024  
Aceite: 03/07/2024

<https://doi.org/10.5007/2176-8552.2024.e100254>

*Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.*